

O PASSADO É IMPREVISÍVEL! CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DA GUERRA DO PARAGUAI NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (1910-2010)

THE PAST IS UNPREDICTABLE! HISTORIOGRAPHICAL
CONTROVERSIES ABOUT THE PARAGUAYAN WAR IN THE
HISTORY TEXTBOOKS (1910 – 2010)

Flávia Eloisa Caimi

Universidade de Passo Fundo – UPF

Correspondência:

Programa de Pós-Graduação em Educação
Faculdade de Educação - Universidade de Passo Fundo
BR 285 - Bairro São José - Passo Fundo/RS - CEP: 99052-900
E-mail: caimi@upf.br

Fabiano Barcellos Teixeira

Rede pública de Educação Básica de Passo Fundo – PMPF

Correspondência:

Prefeitura Municipal de Passo Fundo
Escola Municipal de Ensino Fundamental Antonino Xavier
Rua Oscar Pinto 903, Vila Jardim - Passo Fundo/RS - CEP: 99072-700
E-mail: fabianohist@bol.com.br

Resumo

Maior conflito sul-americano no qual as quatro nações do Cone Sul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai estiveram diretamente envolvidos, a “Guerra do Paraguai” (1864-70) é um dos temas mais controversos da historiografia. Analisaremos os principais argumentos de convergência/discordância de quatro principais linhas de interpretação da historiografia brasileira acerca dessa contenda, identificando como tais argumentos foram tratados nos livros didáticos ao longo do século XX e nos primeiros anos do século XXI (1910-2010).

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Historiografia; Livro didático.

Abstract

Largest South American conflict in which the four nations of the Southern Cone – Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay – were directly involved, the “Paraguayan War” (1864-70) is one of the most controversial themes of historiography. The study will analyze the principal arguments of convergence/disagreement from four lines of interpretations of Brazilian historiography about this feud, identifying, at last, how such arguments have been treated in the textbooks throughout the twentieth century and in principle twenty-first century (1910-2010).

Keywords: Paraguayan War; Historiography; Textbook.

No título deste artigo afirma-se que o passado é imprevisível, aludindo à ideia de que todos os temas que envolvem a ação humana no tempo estão sujeitos a controvérsias historiográficas, situação cada vez mais comum em um cenário de expressiva ampliação da pesquisa acadêmica, sobretudo no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, bem como de acentuada difusão dessas pesquisas em eventos científicos. A maior guerra já ocorrida na América Latina que envolveu diretamente Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, entre 1864-70, tem interpretações bastante complexas e, por vezes, divergentes. Os motivos do conflito, o estopim, seus principais atores, as consequências, até mesmo a sua nomenclatura (Guerra do Paraguai, Guerra da Tríplice Aliança, Grande Guerra) são questões respondidas das mais diversas formas, ao longo de décadas de investigação sobre o assunto. Essa complexidade historiográfica toma proporções ainda maiores quando focalizamos sua presença no livro didático de história (LDH). Isso porque o LDH figura, no atual cenário educativo, como elemento fundamental das políticas educacionais públicas, das práticas didáticas, da constituição e transmissão dos saberes e da cultura escolar.¹

Na escola, de acordo com Alain Choppin, ele assume inúmeras funções, a saber: a) *função referencial*, quando o livro é entendido e apropriado como proposta curricular ou como suporte privilegiado para a transmissão de conhecimentos, técnicas ou habilidades que a sociedade elege como fundamentais para as novas gerações; b) *função instrumental*, na medida em que o livro didático mobiliza estratégias que visem à aprendizagem, seja na memorização de conhecimentos, seja na aquisição de competências diversas; c) *função ideológica e cultural*, uma vez que atua como “um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes”.² Assim, exerce papel privilegiado na formação das identidades, seja de modo intencionalmente ostensivo, seja de maneira mais discreta; d) *função documental*, ao fornecer um acervo textual e icônico que, potencialmente, pode contribuir para o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes. Essa função só se efetiva “em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia”, o que requer um patamar elevado de formação dos professores.³

Tendo presente a natureza complexa e controversa da historiografia contemporânea e a perspectiva multifuncional do livro didático, organizamos o artigo em duas seções. Na primeira, elencamos os principais argumentos e interpretações que a historiografia sobre a Guerra do Paraguai vem empreendendo desde o século XIX. Na segunda seção buscamos cotejar tais interpretações com as abordagens presentes em algumas obras didáticas brasileiras no período que compreende as décadas de 1910-2010, no intuito de identificar mudanças, permanências, tensões e diálogos que se es-

¹ Cf. MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, vol. 12, n. 3 (30), set./dez. 2012, p. 179-197.

² CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, vol. 30, n. 3, set./dez. 2004, p. 553.

³ *Ibidem*.

tabelecem nas relações entre a produção historiográfica e a produção didática. Para tanto, constituímos um *corpus* documental de onze obras, que abrange um livro didático por década, selecionadas em virtude de sua ampla circulação e representatividade no cenário escolar, bem como de sua disponibilidade no Arquivo Histórico local.

A historiografia da guerra do Paraguai em quatro atos

Polêmicas historiográficas se fazem cada vez mais presentes num cenário de intenso crescimento da pós-graduação no Brasil, que comporta não só a ampliação quantitativa, como também o aprofundamento qualitativo da pesquisa histórica, ensejando a incorporação constante de novos temas e métodos. Com relação aos estudos sobre a guerra do Paraguai podemos delinear-los em quatro atos de características bastante distintas: 1) *tradicional militar patriótico*; 2) *crítica positivista*; 3) *revisionismo de esquerda*; 4) *neorevisionismo ou historiografia moderna*.

A primeira etapa corresponde ao período imediato ao pós-guerra até aproximadamente os anos de 1930. Nela predominaram análises patrióticas acerca das efemérides nos campos de batalha e da arte da guerra, com pouco aprofundamento sobre as causas do conflito, as sociedades e combatentes envolvidos. No mesmo período pode-se identificar a segunda etapa, quando os positivistas ortodoxos, defensores do republicanismo, organizados no Apostolado do Rio de Janeiro, combateram as razões da guerra do Império do Brasil contra o Paraguai. Nos anos de 1960-80, inaugura-se a terceira etapa, em que o revisionismo de corte marxista privilegiou o estudo sobre as diversidades das formações sociais dos quatro países diretamente envolvidos no conflito, destacando um Paraguai com relativo autodesenvolvimento, aspecto que seria contrário aos interesses do capitalismo inglês e das camadas dirigentes da Argentina e do Brasil. Por fim, nas últimas três décadas, identifica-se uma quarta etapa, cuja tendência é considerar o conflito como produto manifesto das contradições políticas das quatro nações do Prata, procurando desqualificar a anterior produção revisionista, caracterizada então como ideológica e não científica, e buscando avançar nos diversos significados do conflito. Na sequência, passamos a tratar mais detidamente de cada uma dessas versões historiográficas.

Produzida principalmente por oficiais aliados presentes no teatro das operações, boa parte da historiografia de trincheira caracterizou a guerra do Paraguai como um choque entre “civilização” e “barbárie”, aliados e paraguaios, respectivamente.⁴ Fortemente ligados ao Estado brasileiro, tais estudos apresentaram um Império agredido pelas ações hostis do *inimigo*. Em novembro de 1864, em águas paraguaias, ocorreu o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, embarcação que transportava o presidente da província do Mato Grosso, Coronel Frederico Carneiro de Campos (1800-67),

⁴ Dentre outros: CERQUEIRA, Dionísio. (1847-1910) *Reminiscência da Campanha do Paraguai*. (1865-1870). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. (1. ed. 1910.); DUARTE, Paulo de Queiróz. *Os voluntários na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. (1. ed. 1910.). FRAGOSO, Augusto Tasso. (1869-1945) *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5 vol.

provocando o rompimento do Império com o Paraguai. Em seguida, os ataques do exército paraguaio às províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul teriam motivado a reação do Império, que passou a articular uma aliança com o já submetido Uruguai e com a Argentina, os quais também enfrentavam disputas territoriais com o Paraguai e tiveram seu território invadido pelo exército da nação governada por Francisco Solano López (1827-70). Assim, em 1865, formou-se a tríplice aliança, iniciando de fato a Guerra Grande contra o Paraguai, ou seja, por tal versão o Império fora compelido a entrar em guerra contra a nação que lhe agredia.

Para a historiografia patriótica militar brasileira, a grande responsabilidade pelo início da guerra coube ao presidente paraguaio Francisco Solano López, visto como um ditador sanguinário que manipulava o seu povo, desejava a qualquer custo construir o “Paraguai maior”, que agregaria territórios em contenda com a Argentina e o Brasil, buscando ainda uma saída ao oceano. A guerra seria contra um tirano e não contra o povo paraguaio. A cronologia das principais batalhas em que o Império triunfou, assim como a glorificação dos *heroicos* comandantes imperiais, também são temas recorrentes nessas análises que utilizam principalmente fontes memorialísticas na tentativa de reconstruir aqueles cenários. Destaque-se que a atual toponímia das cidades brasileiras está plena de registros aludindo às batalhas de Avaí, Humaitá, Tuiuti, Riachuelo, homenageando ainda os comandantes, almirante Barroso, almirante Tamandaré, duque de Caxias, general Osório, todos diretamente vinculados ao conflito. Assim, se consolida no cotidiano brasileiro uma memória simpática aos feitos militares das forças armadas imperiais na Guerra do Paraguai, sem configurar, portanto, um fato do passado remoto.

No entanto, a produção historiográfica tradicional militar patriótica não foi hegemônica nos sessenta anos pós-guerra do Paraguai. Concomitante a ela houve estudos que contestaram a atuação imperial no conflito. Os positivistas ortodoxos, republicanos, desejavam afastar qualquer menção honrosa ao período monárquico brasileiro, época da escravidão moderna. Inspirados no evolucionismo histórico da doutrina Comteana, os positivistas condenaram as razões das elites dirigentes e do governo imperial na guerra contra o Paraguai, assim como também desaprovaram as inúmeras intervenções imperiais no Prata, no século XIX, sugerindo, sem sucesso, que o Brasil concedesse reparações e devolvesse troféus de guerra ao país mediterrâneo.⁵

A obra mais eloquente dessa linha teórica tem autoria de Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), publicada em 1892, ampliada em 1913 e reimpressa em 1936, intitulada *Benjamim Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira*.⁶ Porém, a crítica positivista não logrou a mesma repercussão que as análises

⁵ Cf. LEMOS, Miguel. *À nossa irman: a Republica do Paraguai*. Apostolado Pozitivista do Brasil, n. 148, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1894; LEMOS, Miguel. *Pela fraternidade sul-americana e especialmente no que concerne às realizações do Brasil e da Argentina com o Uruguai e, sobretudo, o Paraguai*. Apostolado Pozitivista do Brasil, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1910. *Apud*: MAESTRI, Mário. Os positivistas ortodoxos e a guerra contra o Paraguai. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, n. 04, abril de 2011. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/artigo2RBHM4.pdf>>. Acessado em 27 jan 2013.

⁶ MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira*. 1. Vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892.

ufanistas, sendo praticamente sufocada por estas. Também merece menção o livro do diplomata e ensaísta brasileiro Helio Lobo (1883–1960), *Cousas diplomáticas*, de 1918, no qual ele criticou as razões do Império ingressar e prosseguir naquele trágico conflito.⁷ No entanto, como dito, o heroísmo nacional predominou nas produções das primeiras décadas pós-guerra.

Em *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*, do engenheiro-militar carioca Alfredo d'Escragnolle Taunay (1843-1899), publicada em francês em 1871 e três anos depois em português, foi detalhada uma dramática operação bélica de 1867, ocorrida na região de fronteira entre o norte paraguaio e o sul da então província do Mato Grosso.⁸ Na obra são descritos inúmeros desafios que o regimento, constituído inicialmente de 600 soldados, enfrentou desde quando iniciou o deslocamento por terra, em São Paulo, ainda em 1865, até o centro-oeste do país. Eram comuns as deserções, as indisciplinas, os medos, as mortes, os suicídios; a falta de mantimentos (principalmente água); a exiguidade de provimentos de guerra (armamentos e munições); a proliferação de doenças como cólera, febre e varíola; a bela, mas ao mesmo tempo cruel natureza, cheia de mosquitos, serpentes e pântanos.

Segundo Taunay, as dificuldades de sobrevivência à guerra iam muito além de enfrentar um bem treinado e agressivo exército paraguaio. Todo aquele complexo cenário certamente colaborou para que apenas 700 dos cerca de três mil soldados arregimentados na coluna comandada, em 1867, pelo Coronel Camisão (1821-67) – sendo que aproximadamente 1680 chegaram a incursionar no país vizinho –, sobrevivessem na desastrosa investida imperial. *A Retirada da Laguna* ganhou mais de duas dezenas de reimpressões, sendo bastante conhecida, principalmente no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Apesar de boa parte da obra do futuro visconde contradizer o ufanismo comum aos autores militares partícipes da guerra de 1864-70, ela popularizou a *saga* do exército brasileiro na Guerra do Paraguai, transformando o fracasso daquele episódio em verdadeiro épico das forças armadas brasileiras, embora o autor analisasse apenas telegraficamente o perfil social dos soldados e não compreendesse o porquê da aparente pouca disposição de muitos soldados imperiais nos combates em comparação com os soldados paraguaios.

Após a leva de estudos que privilegiaram a ótica do exército brasileiro e a crítica positivista, apenas na segunda metade do século XX os estudos sobre a guerra do Paraguai ganharam nova impulsão. Nos anos 1960-80, em um contexto de guerra fria, de pós-revolução cubana, de movimentos de resistência a ditaduras, autores marxistas como o argentino León Pomer e o brasileiro Julio José Chiavenato, dedicaram-se a examinar o grande conflito platino oitocentista.⁹ Essas análises revisaram a então preponderante ver-

⁷ LOBO, Helio. *Cousas diplomáticas*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/27925495/Helio-Lobo-Cousas-Diplomaticas-1918>> Acessado em 28 jan 2013.

⁸ Cf. TAUNAY, Alfredo De'Escragnolle, Visconde de. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. 17. ed. [1. ed. 1871] São Paulo: Melhoramentos, 1967.

⁹ Dentre outros: POMER, León. *La guerra del Paraguay: gran negocio!* Buenos Aires: Caldén, 1968; ANDRADA E SILVA, Raul de. *Ensaio sobre a ditadura no Paraguai: 1814-40*. São Paulo: Coleção Museu Pau-

são que concebia o Paraguai como um país onde predominaria a barbárie, governado pelo tirano Francisco Solano López, agressor do Império do Brasil e da Argentina, nações pacíficas, como defendia a linha patriótica militar brasileira.

Para os revisionistas marxistas, o estopim da guerra não foram os ataques paraguaios ao Império, mas uma ação liderada pelo próprio Império brasileiro. Em 1863-64, no Uruguai, a pedido dos estancieiros gaúchos, o Império comandou a “Cruzada Libertadora” que depôs o governo *Blanco* presidido por Atanasio Cruz Aguirre (1801-75) entronizando a facção *Colorada* liderada por Venâncio Flores (1808-68), submissa ao Império e a Argentina mitrista. Naquele momento os *Blancos* orientais eram aliados do governo paraguaio que, por sua vez, estipulara *casus belli* à deposição do governo amigo por uma nação estrangeira. Ao Paraguai seria mais apropriado o equilíbrio das forças no Prata e a autonomia do Uruguai, o que lhe facilitaria uma desejada saída ao mar via porto de Montevidéu.¹⁰

Esta historiografia revisionista contribuiu de modo significativo à compreensão sobre a Guerra do Paraguai, pois, sob nova ótica, resgatou o tema do ostracismo, analisando com profundidade as diferentes formações sociais envolvidas na guerra. Destacou-se um império do Brasil predominantemente escravocrata e latifundiário; uma Argentina dividida pelos interesses artesanais-camponeses dos Federalistas das províncias do interior e pelas políticas centralizadoras, livre cambistas, dos portenhos Unitários, da capital Buenos Aires; um Uruguai igualmente dividido por *Blancos* (nacionalistas) e *Colorados* (abrasileirados), sempre sob a influência e ingerência dos vizinhos Argentina e Brasil; e, por fim, um Paraguai no qual boa parte da população da etnia guarani se assentava no minifúndio e cujo Estado, diferente das outras nações do Cone Sul, apresentava razoável estabilidade econômica, política e social.

Em 1979, no Brasil, os estudos revisionistas se afirmaram a partir da obra de Julio José Chiavenato, *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. Em meio à crise da ditadura militar brasileira (1964-85), à crise mundial e à retomada de mobilizações sindicais, o ano de 1979 é emblemático, também pela aprovação da lei da Anistia, que consolidou o início da abertura política no Brasil. Esse foi um cenário próspero para o enorme sucesso comercial do referido livro, que hoje já atinge quase 40 edições. Sem notas de rodapé, com linguagem jornalística erudita, a obra teve grande repercussão.

O jornalista paulista sofreu com a perseguição política que atingiu muitos intelectuais e profissionais na última ditadura brasileira, o que o motivou a sair do país. Ele viajou de motocicleta pelos países do Cone Sul até chegar ao Paraguai e lá tomou conhecimento sobre outras versões da guerra de 1864-70, conflito que, segundo o escritor, está consolidado no imaginário da população paraguaia.¹¹

lista, 1978; CHIAVENATO, Julio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense 1979.

¹⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. 3. ed. (1. ed. 1985.) Brasília: UNB, 1998.

¹¹ QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando a Revisão: Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai* de J. J. Chiavenato. Passo fundo, 2010. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo.

Chiavenato afirmou que as camadas dirigentes argentinas e brasileiras eram aliadas aos interesses britânicos e, na busca incessante pela expansão dos seus produtos e por novos mercados, não aceitavam que uma economia autônoma como a do Paraguai se desenvolvesse na América do Sul.¹² O autor assinala que o presidente paraguaio Francisco Solano López era um homem que guiava um país progressista, sem analfabetos, isolado desde sua independência pelas pretensões de Buenos Aires, já que os portenhos tratavam o Paraguai como província desgarrada. A singularidade paraguaia estava na coesão da comunidade camponesa nacional estruturada na homogeneidade étnico-cultural guarani, afirma o autor. Chiavenato fez uma contumaz crítica ao Brasil por liderar um verdadeiro genocídio contra a população paraguaia, apontando que até 90% da população adulta masculina teria sido dizimada no conflito. Apesar de praticados por ambos os lados, os crimes de guerra eram cometidos com frequência pelo exército imperial, principalmente a mando dos comandantes imperiais, duque de Caxias (1803-80) e Conde d'Eu (1842-1922), assinalou.¹³

Grande parte dos estudiosos sobre a guerra do Paraguai, atualmente, impugnam o conteúdo de *Genocídio Americano*. Muitas teses da obra são questionadas, como por exemplo, a versão pró-Paraguai que coloca aquele país quase como uma vítima da guerra; a supervalorização do desenvolvimento paraguaio; o papel do presidente Francisco Solano López como uma espécie de líder *socialista* e anti-imperialista do século XIX; a participação inglesa como um quarto aliado da Argentina, do Brasil e do Uruguai, ou seja, a Inglaterra oitocentista seria a grande nação imperialista determinante do capitalismo internacional, assim como os Estados Unidos da América estava sendo no momento da publicação da obra.¹⁴ Ao bel prazer dos críticos, as exíguas citações diretas acerca dos locais das fontes consultadas pelo pesquisador colocam em xeque a própria credibilidade das informações.

As severas críticas a Chiavenato relativizam a importância da sua produção de 1979. Afirma-se que *Genocídio Americano* é uma espécie de *romance* preso ao contexto em que foi produzido, ou seja, naquele momento de acaloradas discussões sobre as ideologias capitalista e comunista, seria oportuno trazer um exemplo de uma nação que estava tendo êxito no seu modelo de desenvolvimento não dependente do capital internacional e da grande nação imperialista.¹⁵ Seria estimulante minar as bases ideológicas do autoritarismo. No entanto, sem maiores compromissos com a ciência histórica, como o próprio autor explica na introdução do livro, o indiscutível mérito da reportagem histórica do jornalista foi o de resgatar a discussão sobre a guerra de 1864-70, distante do patriotismo militar, em um viés crítico ao Estado brasileiro.

¹² Cf. CHIAVENATO, Julio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. 14 ed. [1. ed. 1979] São Paulo: Brasiliense 1982.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Cf. MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá: EdUFMT, 1998.

¹⁵ Cf. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Possivelmente as ideias de Chiavenato tiveram influência do historiador argentino, León Pomer. Em *La guerra del Paraguay: gran negocio!*, de 1968 (traduzida ao português em 1980), Pomer, com mais cuidados metodológicos do que Chiavenato, expôs a tese da ingerência inglesa no conflito platino. Sem focar sua análise nos confrontos bélicos e priorizando o significado da guerra ao Estado e à população argentina, o autor examina as razões políticas e econômicas da Guerra, destacando as contradições entre a economia de autossuficiência do Paraguai e as necessidades de penetração do imperialismo no Prata, através dos governos da Argentina e do Império do Brasil à mercê dos ingleses.¹⁶ Após o golpe militar na Argentina, em 1976, o historiador argentino se exilou no Brasil lecionando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Universidade de Campinas e na Universidade Estadual Paulista, o que pode ter fomentado, ao menos nos meios acadêmicos brasileiros, a discussão sobre a Guerra do Paraguai sob a visão denominada revisionista da última metade do século XX.

Dos anos 1990 aos dias atuais, a chamada historiografia moderna, ou neo-revisionista, avançou, não sem tropeços, nas leituras sobre a guerra contra o Paraguai. A abertura de arquivos permitindo a exploração de uma miríade de fontes e a proliferação das pesquisas nas mais diversas regiões do país contribuiu para que novas interpretações, com características bem diversificadas, fossem construídas. Não obstante a dificuldade em definir um perfil dos trabalhos mais recentes, destacamos que as disputas locais entre os países do Cone Sul; as lutas internas nos países aliados demonstrando a falta de consenso para entrar ou seguir na guerra; a negação da *conspiração* inglesa contra o Paraguai; uma tendencial restauração à valorização da história política; o perfil dos soldados combatentes; os significados da guerra para o exército, para a monarquia e para a república brasileira, além da análise de aspectos pontuais da guerra, como determinadas batalhas, a medicina da época, a movimentação comercial no deslocamento das tropas, estão entre os temas mais aprofundados nas últimas décadas.¹⁷

Certamente, a obra *Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai*, publicada em 2002, pelo historiador diplomata Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, é o trabalho de maior repercussão na última década e que abrange boa parte das tendências historiográficas desde os anos de 1990. Obra erudita, com mais de quinhentas páginas, analisa com minúcia a situação diplomática, militar e política dos países platinos. O autor criticou profundamente a ideia de *evolução* do Paraguai, desde sua independência declarada em 1811, passando pelos três governos que marcaram o país até a guerra. Doratioto acentuou o caráter autoritário da república guarani, dissociando sua análise das conside-

¹⁶ Cf. POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980, p. 75.

¹⁷ Dentre outros: SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel*. Porto Alegre: L&PM, 1996; SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996; LEMOS, Renato. *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999; TORAL, André. *Adeus, amigo brasileiro: uma história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999; FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001; SQUINELO, Ana Paula. *A guerra do Paraguai: essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular*. Campo Grande: UCDB, 2002.

rações revisionistas de outrora. José Gaspar Rodríguez Francia (1766-1840) – o doutor Francia, ditador perpétuo ou ditador supremo – governou entre 1814-40, nacionalizou a economia do país, isolou-o devido ao não reconhecimento argentino, perseguiu e oprimiu seus inimigos; Carlos Antonio López (1790-1862) governou a república entre 1844-62, iniciou processo de abertura internacional, entrou em maior contato com a política dos países platinos; Francisco Solano López, filho do seu antecessor, foi presidente entre 1862-70, consolidou sua administração na acentuada militarização do país guarani e foi o maior responsável pelo início da guerra, destacou a obra.¹⁸

Doratioto assinala que a guerra foi causada exclusivamente pelas contradições platinas, sobretudo pela ação agressiva do governo paraguaio, excluindo a ingerência inglesa no conflito, posição também emitida pelo historiador britânico Leslie Bethell, anteriormente.¹⁹ Além das possíveis causas da guerra, analisou ainda o cotidiano das tropas, sempre destacando a atuação dos comandantes aliados. Rica em charges, mapas, informações diplomáticas, no exame de periódicos de diversas nações, a obra de Doratioto constitui significativo avanço na leitura da guerra do Paraguai. As qualidades da obra são menores quando o autor transparece um *ar patriótico* nas suas análises, manifestando um respeito apenas diplomático pela nação antagonista ao Brasil na guerra. O mesmo se verifica quando enfatiza a leitura política dos fatos no Prata, assemelhando-se, nesse ponto, à tradicional história sobre a guerra do Paraguai, nosso primeiro ato.²⁰

Livro didático e historiografia: diálogos a partir da abordagem do tema *Guerra do Paraguai*

Concebendo o livro didático de história (LDH) como um importante artefato cultural, cujo acesso é disponibilizado a inúmeras camadas sociais, nesta segunda parte do estudo nossa intenção é investigar de que maneira e em que medida a abordagem didática do tema *Guerra do Paraguai* acompanha tais polêmicas historiográficas, com que autores travam seus diálogos, que posições assumem, dentre outros aspectos. Não se trata de olhar para o livro didático como se ele fosse um mero difusor da ciência histórica, nem tampouco de criticá-lo pelo modo como aborda determinadas temáticas ou pelo espaço que concede a elas. Reconhecemos no LDH outra natureza e, portanto, outras finalidades e funcionalidades no que diz respeito ao seu papel como recurso didático e suporte cultural na educação básica. O livro didático, além do diálogo com a historiografia e com a pesquisa histórica, atende a demandas sociais e pedagógicas diversas, como as políticas educacionais públicas, a formação cidadã, o currículo escolar, a metodologia de ensino-aprendizagem, o mercado editorial, dentre outras.

¹⁸ DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra*: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁹ BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a guerra do Paraguai. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

²⁰ Cf. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra [...] Op. Cit.*

É muito comum ouvirmos afirmações de que os livros didáticos não acompanham as discussões historiográficas mais recentes e de que não incorporam (ou tardam muito para incorporar) a renovação historiográfica produzida no âmbito da pesquisa histórica. O pressuposto que nos orienta, neste estudo, é de que o LDH dialoga de forma relativamente próxima com os achados mais recentes da pesquisa histórica em cada época, ainda que tenha um ritmo muito próprio para estabelecer tal diálogo e nem sempre referencie as fontes secundárias adotadas. Para testar este pressuposto, realizamos um estudo longitudinal, contemplando onze obras didáticas publicadas entre as décadas de 1910 e 2010, no recorte do tema central do estudo, que é a chamada “Guerra do Paraguai”.

Cientes de que a seleção de apenas uma obra por década não confere legitimidade para generalizações, entendemos que este corpus documental pode oferecer pistas importantes para a continuidade do estudo, em bases ampliadas. Outro aspecto a salientar, no que respeita ao critério de seleção das obras, é de que incorporamos as obras disponíveis no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo/RS. Quando havia mais de uma obra de determinada década, optamos por aquela de maior circulação e representatividade no cenário escolar e/ou pelo autor mais conhecido. No caso das últimas três décadas (1990-2010), cuja acessibilidade aos livros é bem maior, alimentamos a curiosidade de perscrutar um único autor, para verificar em que medida ele modifica seu próprio discurso.

Uma vez organizado o *corpus* documental e estabelecido o recorte temático, definimos sete questões para a análise das obras, a saber: 1) motivações apresentadas para a deflagração da guerra do Paraguai; 2) estopim da guerra; 3) caracterização dos governantes paraguaios; 4) antecedentes e/ou situação político-econômica do Paraguai nos anos pré-guerra; 5) supostos interesses da Inglaterra na contenda platina; 6) desfecho e/ou consequências da guerra; 7) bibliografia e/ou indicações de leitura anunciadas nas obras como fontes para o discurso historiográfico adotado. Cada um desses fatores deu origem a um quadro, onde podem ser visualizados trechos do texto didático, em citação literal.²¹

Inicialmente, buscamos conhecer as diversas abordagens que os livros apresentam sobre as possíveis motivações dos países envolvidos no conflito platino, cotejando-as com as vertentes historiográficas apontadas na primeira seção do texto, conforme a sistematização a seguir.

Quadro 1 – Motivações para a deflagração da Guerra do Paraguai

Obras didáticas	Motivações
Collecção F.T.D. (1918)	“O dictador do Paraguay, Solano Lopez, queixou-se à Argentina e ao Brazil do apoio que prestaram a Flores. A cordialidade, que então parecia existir entre o governo imperial e o argentino, fez-lhe suspeitar que houvesse, entre os dois paizes, um tratado secreto de alliança para a partilha dos territórios do Paraguay e do Uruguay” (p. 102).

²¹ As citações contidas nas tabelas guardam a grafia original das obras.

João Ribeiro (1928)	“A nossa aliança com o libertador Flores foi a causa mais imediata da guerra que nos moveu o Paraguay [...]. As nossas incessantes intervenções no Prata eram já um prenúncio da sorte que cabia ao pequeno Paraguay” (p. 503).
Esmeralda Lobo (1936)	“A guerra entre o Brasil e o Paraguai foi declarada pelo ditador Francisco Solano Lopez que tomou como pretexto a intervenção do Brasil no Uruguai” (p. 58).
Cesarino Junior (1941)	“O ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopes, desejoso de obter renome internacional, havia oferecido sua mediação no conflito anterior entre o Brasil e o Uruguai. Na realidade, ele procurava um pretexto para guerrear-nos. Receava ele as intenções imperialistas que infundadamente nos atribuía. Além disto havia a prevenção resultante do caso da navegação do Rio Paraguai, que nos dava acesso à província de Mato-Grosso, o que ele quizera impedir” (p. 136).
Joaquim Silva (1951)	“Subindo ao poder o presidente Lopez armara fortemente seu país, como nenhum outro da América Latina jamais o fizera, disposto a impor sua política do ‘Paraguai-Maior’, com seu sonho expansionista” (p. 73).
Borges Hermida (1966)	“Com a morte de Carlos López, subiu ao poder seu filho Francisco Solano López, educado na Europa, onde adquiriu a ambição de conquista que havia de causar a derrota de sua pátria. Seu plano era criar o Paraguai Maior (...)” (p. 254).
Esaú e Gonzaga (1972)	“O ditador paraguaio Francisco Solano Lopez pretendia tornar seu país uma potência platina, obtendo uma saída para o mar e mesmo unificar o antigo Vice-Reinado do Prata” (p. 134).
José Dantas (1984)	“O comércio exportador e importador do Paraguai sofria um terrível bloqueio. Os comerciantes paraguaios eram obrigados a pagar pesadas taxas nos portos de Buenos Aires ou no de Montevideú” (p.35).
Gilberto Cotrim (1997)	“Mais do que motivos políticos ou reivindicações territoriais, o que verdadeiramente alimentou a Guerra do Paraguai foram questões econômicas. As causas econômicas da guerra transparecem na declaração de um dos líderes da Tríplice aliança, o general Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina: <i>A República da Argentina está no dever de formar aliança com o Brasil a fim de derrubar essa abominável ditadura de López e abrir ao comércio do mundo essa esplêndida e magnífica região que possui, talvez, os mais variados e preciosos produtos dos trópicos</i> ” (p. 53).

Gilberto Cotrim (2002)	“Além das causas políticas e territoriais, podemos dizer que essas razões também alimentam a guerra. Essas causas econômicas transparecem, por exemplo, na declaração de um dos líderes da Tríplice aliança, o general Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina: <i>A República Argentina está no dever de formar aliança com o Brasil a fim de derrubar essa abominável ditadura de López e abrir ao comércio do mundo essa esplêndida e magnífica região que possui, talvez, os mais variados e preciosos produtos dos trópicos</i> ” (p. 396).
Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2012)	“Disputas políticas, econômicas e territoriais dificultavam as relações entre os governos do Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai, que lutavam pelo controle da região do Prata” (p. 268).

Fonte: Sistematização produzida pelos autores.

Um traço comum a todas as abordagens é a ideia de que houve motivações políticas e territoriais relevantes para a guerra, variando, no entanto, as razões mais diretas. Entre as décadas de 1910 e 1930, focaliza-se especialmente a suposta aliança entre a Argentina e o Brasil como principal motivação do Paraguai, para deflagrar guerra ao Brasil. Por tal versão, o Brasil teria sido agredido primeiro, não havendo alternativa senão revindicar. Da década de 1940 até 1970, os argumentos giram em torno de aspectos como a ambição expansionista de Solano López e o seu desejo de estabelecer uma potência platina, criando o “Paraguai Maior”. Essas duas abordagens parecem consoantes ao que se denomina, em termos acadêmicos, de produção historiográfica *tradicional militar patriótica*. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, aparecem mais fortemente as razões econômicas, seja pela necessidade do Paraguai superar o bloqueio comercial e aliviar as pesadas taxas nos portos de Buenos Aires e Montevideu, seja pelo suposto interesse de Brasil e Argentina nos “variados e preciosos produtos” paraguaios, a que se referia Mitre em seu discurso.²² Tais argumentos são afetos à produção historiográfica de orientação marxista dos anos 1960-80, conhecida como vertente *revisionista*, que aponta o significativo auto-desenvolvimento do Paraguai. Por fim, na abordagem da década de 2010 parece figurar uma versão mais conciliatória, que traz tanto razões políticas e territoriais quanto econômicas, para explicar as motivações da contenda.²³

Quanto à definição do que poderia ter sido o elemento deflagrador da guerra, todas as obras apontam o mesmo fato: o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, como se pode observar na sequência.

²² COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. Da independência aos dias atuais. V. 2, 1º grau, 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1997; *Idem*. *História Global: Brasil e Geral*. Volume único. 6. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2002.

²³ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Saber e Fazer História*. 8º Ano. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Quadro 2 – Estopim da Guerra do Paraguai

Obras didáticas	Estopim
Collecção F.T.D. (1918)	“Logo, Solano Lopez deu principio às hostilidades e capturou o vapor brasileiro ‘Marquez de Olinda’ (11 de Nov. de 1864) que levava a seu bordo o Snr. Coronel Carneiro de Campos, novo presidente do Matto Grosso [...]. Estava começada a famosa guerra do Paraguay!” (p. 102).
João Ribeiro (1928)	“Lopez, sem declaração de guerra, aprisionou um vapor brasileiro, o Marquez de Olinda, em que iam o coronel Carneiro de Campos, novo presidente de Mato Grosso e outros [...]” (p. 504).
Esmeralda Lobo (1936)	“O govêrno paraguaio proibiu a navegação dos navios brasileiros em águas paraguaias e aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda que navegava no rio Paraguai com destino a Cuiabá, levando a bordo o coronel Carneiro de Campos, governador de Mato- Grosso” (p. 58).
Cesarino Junior (1941)	“Lopes, sem declaração de guerra, aprisionou o vapor brasileiro ‘Marquês de Olinda’. Este navio subia o Paraguai, cuja navegação fora pouco antes declarada livre, rumo a Cuiabá” (p. 136).
Joaquim Silva (1951)	“[...] a 11 de novembro de 1864, inesperadamente, agredia o Brasil, apreendendo nosso pequeno vapor ‘Marquês de Olinda’, que navegava pelo Rio Paraguai, rumo a Mato Grosso” (p. 74).
Borges Hermida (1966)	“Mas a 11 de novembro dêsse ano, López iniciou a campanha, mandando apresar o navio brasileiro Marquês de Olinda. Êsse barco viajava para Mato Grosso, conduzindo o presidente da província, Frederico Carneiro de Campos. Começou, dêsse modo, a maior guerra da América do Sul, que durou mais de cinco anos” (p. 254).
Esau e Gonzaga (1972)	“Solano Lopez colocou-se ao lado de Aguirre e aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda, que transportava o presidente da província de Mato Grosso para a capital, Cuiabá (...). Iniciava-se a Guerra do Paraguai, que colheu o império despreparado” (p. 135).
José Dantas (1984)	“Procurando um pretexto para a guerra, o Brasil enviou para Mato Grosso o navio Marquês de Olinda, cheio de armas e munição. Considerando tal fato um ato de agressão ao Paraguai, Solano prendeu o navio e proibiu a navegação de navios brasileiros no Rio Paraguai. Diante do ato de Solano, considerado uma agressão ao Brasil, D. Pedro II declarou guerra ao Paraguai” (p. 37).
Gilberto Cotrim (1997)	“Para o Brasil, o episódio que deu início à guerra foi o aprisionamento, pelo governo paraguaio, do navio brasileiro Marquês de Olinda” (p. 54).
Gilberto Cotrim (2002)	“Segundo a versão dos militares brasileiros, o episódio que deu início à guerra foi o aprisionamento, pelo governo paraguaio, do navio brasileiro Marquês de Olinda, em novembro de 1864” (p. 396).

Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2012)	“De acordo com os militares do Brasil, o motivo que desencadeou a guerra foi o aprisionamento do navio Marquês de Olinda, que seguia pelo Rio Paraguai, próximo a Assunção, com destino à província de Mato Grosso” (p. 268).
--	---

Fonte: Sistematização produzida pelos autores.

Todavia, também se podem notar algumas nuances na forma como este mesmo fato é apresentado nas diversas obras. As abordagens preponderantes até a década de 1970, alinhadas com a historiografia *tradicional militar patriótica*, mostram o Brasil como vítima dos desmandos do “ditador paraguaio” Francisco Solano López. Em tal versão, constam expressões como “sem declaração de guerra”, “inesperadamente”, “colheu o império despreparado”, que indicam a ausência de intenção do império brasileiro em ingressar na guerra. Na década de 1980, José Dantas traz uma abordagem completamente diferente, invertendo as posições, ao afirmar: “Procurando um pretexto para a guerra, o Brasil enviou para Mato Grosso o navio Marquês de Olinda, cheio de armas e munição”.²⁴ Essa inversão está claramente apoiada na vertente *revisionista de esquerda*, predominante desde meados de 1960, que procura conferir heroísmo à conduta do governante paraguaio e responsabilizar a Tríplice Aliança pela guerra. Nas décadas 1990-2010, seguindo essa mesma linha interpretativa, as obras colocam em suspeição as intenções do Brasil, utilizando-se de expressões sutis, como “Para o Brasil...”, “Segundo a versão dos militares brasileiros...”, “De acordo com os militares do Brasil...”.²⁵

Na sequência do estudo, buscamos identificar as adjetivações utilizadas pelos autores das obras didáticas para caracterizar os governantes paraguaios. Verificamos que até a década de 1970, todas as obras fazem referências aos três principais governantes da nação guarani como ditadores – conceito associado a arbitrário e autoritário –, denominação que desaparece nas décadas subsequentes, conforme se pode visualizar no quadro seguinte.²⁶

²⁴ DANTAS, José. *História do Brasil*: 1º grau. São Paulo: Moderna, 1984, p. 37.

²⁵ COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. [...] *Op. cit.* 1997. p. 54; Idem. *História Global* [...] *op. cit.* 2002. p. 397; COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Saber e Fazer História*. [...] *op. cit.* 2012. p. 269.

²⁶ O presidente paraguaio José Gaspar de Francia obteve o título de “ditador perpétuo” referendado pelo congresso paraguaio em 1816. No período francista (1814-40), no Paraguai, não havia uma conotação negativa associada ao conceito de ditador, este era um título político no qual o presidente ganhava plenos poderes para comandar a nação, em vias de afirmação independentista, voltando a consultar o congresso apenas quando julgasse necessário. Já Carlos Antonio López e Francisco Solano López não eram ditadores oficiais. C. A. López foi presidente entre 1844-62, reeleito duas vezes, em 1854-7 e 1857-62, sendo a última legislatura interrompida com o seu falecimento em 1862. Solano López foi nomeado presidente naquele mesmo ano da morte do seu pai não existindo nova eleição possivelmente porque dois anos após sua posse iniciou a guerra. In: CARDOZO, Efraím. *Breve historia del Paraguay*. 2 ed. Asunción: Servi Libro, 2009. p. 62-89.

Quadro 3 – Caracterização dos governantes paraguaios

Obras didáticas	Caracterização dos governantes
Collecção F.T.D. (1918)	“Dictador inteligente e patriota intrepido, Solano Lopez grangeára a afeição de seu povo”. (p. 102).
João Ribeiro (1928)	“Com a guerra ao Brasil, o dictador Francisco Solano Lopez [...] tornou-se de facto o tyranno execrável que a lenda no Brasil perpetuou. O dictador suspicaz e cruel, com os morticínios e supplicio de suas victimas, perdeu a aureola de heroísmo que lhe concederia a historia” (p. 504).
Esmeralda Lobo (1936)	“A guerra entre o Brasil e o Paraguai foi declarada pelo ditador Francisco Solano Lopez...” (p. 58).
Cesarino Junior (1941)	“O ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopes, desejoso de obter renome internacional [...]” (p. 136).
Joaquim Silva (1951)	“Frância, desconfiado e cruel [...]. Seu sucessor, Carlos Lopez [...] não tolerava opposição e bania os descontentes [...]. Morrendo Carlos Lopez, ficou no governo seu filho Francisco Solano Lopez, déspota cruel, ambicioso, que sonhava a constituição dum grande império [...]” (p. 73).
Borges Hermida (1966)	“O segundo ditador paraguaio, D. Carlos Antonio López, sucessor de José Francia, foi quem deu ao seu país grande desenvolvimento militar [...] Com a morte de Carlos López, subiu ao poder seu filho Francisco Solano López, educado na Europa, onde adquiriu a ambição de conquista que havia de causar a derrota de sua pátria” (p. 254).
Esaú e Gonzaga (1972)	“O ditador paraguaio Francisco Solano Lopez...” (p.134) Na sequência, sempre referem pelo nome Lopez ou Solano Lopez, não mais usando o termo ditador.
José Dantas (1984)	“Impedidos de ter um comércio externo livre, os governos do Paraguai – Gaspar Rodrigues de Francia (1815-1840), Carlos Antonio López (1840-1862) e Francisco Solano López (1862-1870) procuraram outra forma para desenvolver a economia do país” (p. 36).
Gilberto Cotrim (1997)	“Francia morreu em 1840. Seus sucessores, Antonio Carlos López (1840-1862) e Francisco Solano López (1862-1870), prosseguiram a obra de construir no Paraguai um país forte e soberano” (p. 53). “Seu primeiro presidente, José Gaspar Rodrigues de Francia...” (p. 53)
Gilberto Cotrim (2002)	“Seu primeiro presidente, José Gaspar Rodrigues de Francia...” (p. 395). “Francia morreu em 1840. Seus sucessores, Antônio Carlos López (1840-1862) e seu filho, Francisco Solano López (1862-1870), buscaram, gradativamente, romper o isolamento comercial do país, inserindo-o no mercado externo” (p. 396).

Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2012)	“[...] presidente paraguaio, Francisco Solano López (1827-1870)” (p. 268).
--	--

Fonte: Sistematização produzida pelos autores.

Ainda que José Gaspar Rodrigues de Francia, Carlos Antônio López e Francisco Solano López sejam tratados como ditadores nas obras até os anos de 1970, podem-se perceber diferentes tons, alguns mais outros menos favoráveis em relação a eles. Por exemplo, na obra de 1918, Solano López é caracterizado como um ditador inteligente e patriota intrépido que contava com a afeição do povo paraguaio, mostrando-se certa simpatia pela figura do governante. Nas obras subsequentes, recrudescem as manifestações negativas e cada governante passa a ser tratado como “tirano execrável”, “ditador suspicaz e cruel”;²⁷ “desconfiado e cruel”, “déspota, cruel, ambicioso”.²⁸ A partir da década de 1980 desaparece o *título* de ditador e começam a surgir manifestações mais contidas, buscando-se caracterizações menos parciais do papel dos governantes paraguaios, como é o caso do autor José Dantas, que os denomina pelo nome ou os exemplos de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, que além de tratá-los pelo nome, utilizam expressões como “governos”, “sucessores”, e também o título de “presidente” atribuído a Solano López.²⁹

No que diz respeito ao modo como os livros didáticos avaliam a situação do Paraguai nos anos que antecederam a deflagração do conflito platino, novamente identificamos o predomínio de duas grandes vertentes historiográficas, a *tradicional militar patriótica*, nas obras de 1910 e 1970 e a *revisonista de esquerda*, nas obras de 1980 a 2010. Vejamos os dados no “Quadro 4”.

Quadro 4 – Antecedentes/situação político-econômica do Paraguai

Obras didáticas	Antecedentes/situação político-econômica do Paraguai
Colleção F.T.D. (1918)	“No interior do Paraguay reinava a paz e a ordem; as fronteiras habilmente fortificadas dispunham dos mais modernos recursos bellicos da época. O exercito contava mais de 50.000 homens e a frota já possuía 14 vapores” (p. 102-103).

²⁷ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior. 11. ed. (1. ed. 1900) São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1928, p. 502-12.

²⁸ SILVA, Joaquim. *História do Brasil*. Para o Quarto Ano Ginásial. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951, p. 71-84.

²⁹ DANTAS, José. *História do Brasil [...] Op. Cit.* 1984; COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil [...] Op. Cit.* 1997; COTRIM, Gilberto. *História Global [...] Op. Cit.* 2002; COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Saber e Fazer História [...] Op. Cit.* 2012.

João Ribeiro (1928)	“O Paraguay desde longos annos vivia sob o regimen absoluto, máo grado e exterioridade de algumas fórmulas republicanas, e os seus habitantes, coagidos sob férrea disciplina, obedeciam cegamente aos seus dictadores. Em falta de virtudes tinham o fanatismo religioso e político segundo os próprios exclusivismos de sua cultura nacional, infensa a todo o commercio com o resto do universo. A lei marcial ou o estado de sitio estava sempre em perenne vigor no Paraguay” (p. 503).
Esmeralda Lobo (1936)	Não menciona.
Cesarino Junior (1941)	“Sucessor do Dr. Francia, em seguida a seu pai, Carlos Antonio Lopes, um e outro haviam feito do Paraguai um país militarmente forte, com um exercito muito bem organizado, fortificações em Assunção e Humaitá e nas fronteiras” (p. 136).
Joaquim Silva (1951)	Independente em 1811, o Paraguai, antiga província do vice-reinado do Prata, ficou pouco depois sob a ditadura do dr. José Gaspar R. de Frância, que mantinha seu país num isolamento completo, não admitindo cônsules ou outros representantes estrangeiros: só havia exceção para o Brasil. O povo, laborioso e pacífico, descendia em sua maior parte dos guaranis catequizados nas missões jesuíticas” (p. 71).
Borges Hermida (1966)	“O segundo ditador paraguaio, D. Carlos Antonio López, sucessor de José Francia, foi quem deu ao seu país grande desenvolvimento militar. Para realizá-lo, D. Carlos López contratou técnicos e instrutores brasileiros, que organizaram o exército e construíram fortalezas nas passagens estreitas dos rios Paraná e Paraguai” (p. 254).
Esaú e Gonzaga (1972)	“Após fortalecer as forças armadas, [Francisco Solano Lopez] entrou no jogo diplomático da região, aproximando-se do presidente uruguaio, Aguirre” (p. 134).
José Dantas (1984)	“O Paraguai se tornara um país moderno e o mais tecnicamente avançado da América do Sul. [...] O Paraguai, com Francia e Carlos López tornou-se um país moderno e rico, com uma indústria e uma agricultura desenvolvidas”. (p. 36).
Gilberto Cotrim (1997)	“Desde sua independência, em 1811, o Paraguai começou a se desenvolver de um modo diferente de todos os países latino-americanos. Seu primeiro presidente, José Gaspar Rodrigues de Francia, criou uma estrutura de produção voltada para os interesses internos da população paraguaia. Ele queria alcançar a plena independência econômica do país. Para isso, distribuiu terras aos camponeses, combateu a oligarquia rural improdutiva, construiu inúmeras escolas para o povo. Em 1840, o Paraguai não tinha analfabetos” (p. 53).

Gilberto Cotrim (2002)	“Desde a independência do Paraguai, em 1811, os governos desse país passaram a atuar de modo diferente dos outros países latino-americanos. Seu primeiro presidente, José Gaspar Rodrigues de Francia, desenvolveu uma política socioeconômica voltada para os interesses de considerável parte da população paraguaia. Distribuiu terras aos camponeses, combateu os donos de terras improdutivas e construiu escolas – em 1840, praticamente não havia analfabetos no país” (p. 395).
Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2012)	Não menciona.

Fonte: Sistematização produzida pelos autores.

Até os anos de 1970, os livros didáticos destacam o caráter militarista da nação guarani, contabilizando o número de soldados do seu Exército, a frota naval e as fortificações espalhadas pelo território. Divergem, no entanto, quanto às relações políticas internas. Segundo a *Collecção F.T.D* (1918), o país vivia em paz e na ordem sob o comando de Francia, ao passo que, para João Ribeiro (1928), vivia-se sob um regime absoluto que coagia a população e a controlava com férrea disciplina e para Joaquim Silva (1951), Francia mantinha o país em quase completo isolamento, exceção feita apenas ao Brasil, contando com o laborioso e pacífico povo guarani.

Na década de 1980 opera-se um corte bastante significativo nesta linha interpretativa político-militar predominante até então, ao entrarem em jogo fatores de ordem econômica, para descrever a situação do Paraguai nos anos pré-guerra. A partir da obra de José Dantas (1984), passam a serem exaltadas as qualidades tecnológicas, industriais e educacionais da nação guarani, nos termos que seguem: “país moderno e rico, com uma indústria e uma agricultura desenvolvidas”, em Dantas (1984);³⁰ “estrutura de produção voltada para os interesses internos da população paraguaia”, em Cotrim (1997);³¹ “distribuiu terras aos camponeses, combateu os donos de terras improdutivas e construiu escolas – em 1840, praticamente não havia analfabetos no país”, em Cotrim (2002).³² Vê-se, nesse conjunto de obras, acentuada consonância com os argumentos da vertente historiográfica *reviscionista de esquerda*, tanto no que respeita à ênfase aos fatores econômicos, quanto na ideia de um Paraguai rico, autossuficiente, nacionalista, contando com alto desenvolvimento agrícola e industrial e dono de estatísticas educacionais extremamente positivas para a época, notadamente a baixa incidência de analfabetismo.

A presença mais contundente da vertente *reviscionista de esquerda*, capitaneada especialmente pelo argentino León Pomer e pelo brasileiro Julio José Chiavenato, é notada quando se busca perscrutar se (e de que modo) as obras abordam a participação da Ingla-

³⁰ DANTAS, José. *História do Brasil [...] Op. Cit.* 1984, p. 36.

³¹ COTRIM, Gilberto. *História Global [...] Op. Cit.* 2002, p. 53.

³² COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Saber e Fazer História [...] Op. Cit.* 2012, p. 396.

terra na guerra travada entre os países da Tríplice Aliança e o Paraguai. Acompanhemos o quadro, na sequência.

Quadro 5 – Supostos interesses da Inglaterra na Guerra do Paraguai

Obras didáticas	Interesses Ingleses
Collecção F.T.D. (1918)	Não menciona.
João Ribeiro (1928)	Não menciona.
Esmeralda Lobo (1936)	Não menciona.
Cesarino Junior (1941)	Não menciona.
Joaquim Silva (1951)	Não menciona.
Borges Hermida (1966)	Não menciona.
Esaú e Gonzaga (1972)	Não menciona.
José Dantas (1984)	“O sonho de Solano López choca-se com os interesses da Inglaterra, tradicional aliada do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Com o desenvolvimento econômico do Paraguai, a economia inglesa corre o risco de ter diminuído o seu comércio na América do Sul, que é abastecida, cada vez mais, pelos produtos do Paraguai. A Inglaterra, então, apoia seus aliados (o Brasil, a Argentina e o Uruguai) para realizar uma guerra contra o Paraguai” (p. 36-37).
Gilberto Cotrim (1997)	“O desenvolvimento do Paraguai desagradava profundamente a Inglaterra, que queria manter todos os países latino-americanos como simples fornecedores de matérias-primas e consumidores dos seus produtos industrializados. Como o Paraguai não se enquadrava no esquema do capitalismo industrial inglês, a Inglaterra o considerava um ‘mau exemplo’, que precisava ser destruído. Então, a Inglaterra ajudou o Brasil, a Argentina e o Uruguai na luta contra a Paraguai” (p. 53).

Gilberto Cotrim (2002)	“Segundo alguns historiadores, o desenvolvimento do Paraguai contrariava os interesses gerais dos capitalistas ingleses, que preferiam que os países latino-americanos permanecessem fornecedores de matérias-primas e consumidores dos seus produtos industrializados. Como a política do governo paraguaio não se enquadrava exatamente nesse esquema, representava um exemplo que precisava ser combatido. Assim, o governo inglês, de certo modo, favoreceu a luta promovida pelas forças do Brasil, da Argentina e do Uruguai (a Tríplice Aliança) contra o Paraguai, dando início ao mais longo e sangrento conflito armado já ocorrido na América do Sul” (p. 396).
Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2012)	Não mencionam.

Fonte: Sistematização produzida pelos autores.

Até a década de 1970 nenhum livro didático da amostra por nós analisada chega a mencionar a palavra “Inglaterra” no tópico que trata do tema *Guerra do Paraguai*. A partir da década de 1980 até a década de 2000, todas as obras atribuem à nação inglesa o papel de “eminência parda” do conflito. Isto é, os autores utilizam expressões evasivas como “a Inglaterra, então, apoia seus aliados...”; “a Inglaterra ajudou...”; “o governo inglês, de certo modo, favoreceu a luta...”, para designar os supostos interesses da Inglaterra no conflito platino, sem especificar qual teria sido, exatamente, a intervenção inglesa. Segundo a versão adotada por tais obras, o suposto desenvolvimento autônomo da nação paraguaia chocava-se com os interesses da Inglaterra na América do Sul e representava um “mau exemplo, que precisava ser combatido”, como afirma Cotrim na obra de 2002.³³

Ao tratar do desfecho da guerra ou das consequências deste conflito para os países envolvidos, verificamos que as obras seguem o padrão estabelecido nos demais tópicos, ou seja, dividem-se em dois grandes grupos. O primeiro, ancorado nos pressupostos da vertente historiográfica *tradicional militar patriótica*, constituído de obras datadas de 1910 a 1970, dá mais ênfase ao desfecho do conflito, trazendo informações sobre a data da morte de Solano López, a assinatura do tratado de paz, o local e os detalhes do último combate, as conquistas políticas e/ou territoriais obtidas pelo Brasil, dentre outros elementos factuais.

No segundo grupo, claramente vinculado à *historiografia revisionista*, reúnem-se as obras publicadas entre as décadas de 1980 e 2010, cuja principal característica em comum é analisar as consequências, muito mais do que contar detalhes sobre o desfecho do evento bélico. Essas obras priorizam a abordagem das consequências econômicas da guerra, tanto para o Brasil quanto para o Paraguai, além de enfatizarem o “genocídio” praticado contra a nação paraguaia, que teria perdido cerca de 80% da sua população total e mais de 95% de sua população masculina, em clara alusão aos dados fornecidos por Chiavenato (1979).

³³ COTRIM, Gilberto. *História Global [...] Op. Cit.* 2002, p. 53.

Quadro 6 – Desfecho e/ou consequências da Guerra do Paraguai

Obras didáticas	Desfecho e/ou Consequências
Collecção F.T.D. (1918)	“Um tratado de paz assignado a 9 de janeiro de 1871, assegurou ao Brazil a posse dos territórios das margens da Paraná e do Paraguay, que lhe disputava o governo paraguayo desde muito tempo. Essa gloriosa campanha, ao tempo que firmou nossa preponderância política na America Meridional, fez-nos adquirir maior crédito e consideração na Europa e nos Estados Unidos” (p. 106).
João Ribeiro (1928)	“Lopez tinha apenas uns poucos soldados fieis que o acompanhavam; não quis entregar-se e foi morto por um lanceiro (1º de março de 1870). Já por esse tempo funcionava em Assumpção um governo provisório de paraguayos, organizado por Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) que decretou a emancipação dos escravos da republica” [...] Há muitas versões sobre os últimos momentos de Lopez. Aceitamos a mais seguida e acreditada” (p. 512).
Esmeralda Lobo (1936)	“Depois de rápido combate, recusando entregar-se foi o tirano morto por um soldado brasileiro nas margens do riacho Aquidaban a 1º de março de 1870, terminando a Guerra do Paraguai, que durou cinco anos” (p. 58).
Cesarino Junior (1941)	“Afinal, numa escaramuça com as tropas do general Câmara, em Cerro Corá, foi morto Lopes a 1 de março de 1870. Estava assim terminada a guerra. Embora vencedor, o Brasil não se apossou de territórios paraguayos nem cobrou a indenização combinada no tratado de paz de 1872” (p. 139).
Joaquim Silva (1951)	“Ainda durante sete meses, Lopez opõe-se, lutando, à perseguição que lhe é feita; por fim, a 1º de março de 1870, foi alcançado em Cerro Corá, onde tombou morto. [...] A guerra teve grande importância para o futuro das nações platinas e do Brasil. [...] A questão da liberdade dos escravos, que nos humilhava ante nossos aliados, começou a agitar-se mais fortemente, depois do conflito; e a propaganda republicana intensificou-se aparecendo no mesmo ano em que a guerra terminara, o manifesto dos adversários da monarquia” (p. 81).
Borges Hermida (1966)	“A 1º de março de 1870 verificou-se o último combate da guerra: foi o de Cerro Corá, onde as forças brasileiras eram comandadas pelo general José Antonio Correia da Câmara, depois Visconde de Pelotas. O ditador Solano Lopez, ferido, ainda quis fugir, mas quando atravessava um riacho tombou sem vida. Com sua morte, terminou a Guerra do Paraguai” (p. 260).
Esaú e Gonzaga (1972)	“Em 1870, em Cerro Corá, Solano era alcançado e morto, terminando a guerra que infligiu imensas perdas aos países envolvidos” (p. 136).

José Dantas (1984)	<p>“Para o Brasil as perdas foram imensas: além da morte e mutilação de milhares de pessoas, o País gastou grandes recursos na guerra, agravando a sua situação econômica e financeira. No final da guerra, o País estava economicamente mais frágil. O regime monárquico não resistiu ao movimento organizado contra ele. Em 1889 a Monarquia foi substituída pela República. Para o Paraguai, o desastre foi muito maior. Ele ficou arruinado e mutilado. De todos os homens adultos, 99,5% foram mortos. De 800 mil habitantes antes da guerra, passou para 194.000 após a guerra. Toda a indústria foi destruída. Perdeu 40.000 km² do seu território para a Argentina e para o Brasil. As terras dadas aos camponeses e as terras das estâncias foram tomadas e dadas para os antigos proprietários. Enfim, a guerra só beneficiou a Inglaterra que vendeu suas armas à Tríplice Aliança. E, ao arrasar a indústria do Paraguai, podia vender novamente, sem concorrente, seus produtos industriais na América do Sul” (p. 40).</p>
Gilberto Cotrim (1997)	<p>“Antes da guerra, a população total do Paraguai era de 800 mil pessoas. Depois da guerra, essa população reduziu-se a 194 mil pessoas, isto é, 75,7% dos paraguaios foram exterminados. [...] De país rico e próspero, o Paraguai foi transformado num grande cemitério. Sua agricultura, sua indústria e comércio estavam completamente arrasados. Da população masculina adulta sobreviveu apenas 0,5%” (p. 54). [...] “Terminada a guerra, o império brasileiro passou a sofrer as consequências do sangrento conflito: a economia estava fortemente abalada por causa dos prejuízos da guerra. E, por isso, cada vez mais dependente dos empréstimos feitos com a Inglaterra. Nossa dívida externa aumentava. O Exército brasileiro começou a ser contra a sociedade escravista brasileira e a demonstrar simpatia pela causa republicana. Isso se explica, em parte, pelo fato de grande parte da tropa brasileira ser formada por escravos negros e pela gente humilde do povo” (p. 55).</p>
Gilberto Cotrim (2002)	<p>“Terminada a guerra, a população brasileira também sofreu as consequências do sangrento conflito. A economia estava fortemente abalada em razão dos prejuízos da guerra. Por isso, dependia cada vez mais dos empréstimos obtidos com os banqueiros da Inglaterra, o que aumentava a dívida externa brasileira. Além disso, o exército passou a assumir posições contrárias à escravidão no Brasil e a demonstrar simpatia pela causa republicana. Isso se explica, de certa forma, pelo fato de a maior parte das tropas brasileiras ser composta de escravos negros e homens livres e pobres” (p. 397).</p>
Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2012)	<p>Calcula-se que o Paraguai tenha perdido cerca de metade da sua população durante a guerra: seus 406 mil habitantes, em 1864, teriam sido reduzidos a 231 mil em 1872. Alguns historiadores consideram que esses números são exagerados e estimam que as mortes paraguaias tenham sido de 50 mil a 80 mil pessoas. Do lado brasileiro, as estimativas variam de 25 mil a 100 mil combatentes mortos. Mas, além das mortes, a Guerra do Paraguai produziu outros efeitos internos no Brasil, como você vai ver a seguir: aumento da dívida externa brasileira [...]; fortalecimento do Exército [...]” (p. 270).</p>

Fonte: Sistematização produzida pelos autores.

Por fim, dedicamo-nos a identificar com quais fontes os autores dos livros didáticos que integram o *corpus* documental deste estudo dialogam, em quais referências bibli-

ográficas se apoiam, quais leituras recomendam ao seu público estudantil. Apenas duas obras não apresentam qualquer referência bibliográfica acerca do tema Guerra do Paraguai, como se pode visualizar no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Bibliografia e/ou indicações de leitura

Obras didáticas	Bibliografia e/ou indicações de leitura
Collecção F.T.D. (1918)	Não menciona.
João Ribeiro (1928)	Padre R. Galanti.
Esmeralda Lobo (1936)	Não menciona.
Cesarino Junior (1941)	Pedro Calmon; Calógeras; Versen Jourdan; Mario Barreto; Gustavo Barroso.
Joaquim Silva (1951)	Joaquim Nabuco; Calógeras; R. Cárcano; Euclides da Cunha; Sousa Docca; J.M. Belo.
Borges Hermida (1966)	Jonatas Serrano.
Esaú e Gonzaga (1972)	Visconde de Taunay.
José Dantas (1984)	Julio José Chiavenato.
Gilberto Cotrim (1997)	A. Mendes Jr. e Ricardo Maranhão.
Gilberto Cotrim (2002)	Julio José Chiavenato; Bóris Fausto; Leslie Bethell; Maria Eduarda Marques.
Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2012)	Hilda Flores; Doratioto.

Fonte: Sistematização produzida pelos autores.

A principal dificuldade que enfrentamos na análise deste tópico diz respeito ao caráter informal com que as referências são apresentadas (algumas sem título, sem data e/ou sem editora) especialmente nas obras anteriores à década de 1970. O autor João Ribeiro, por exemplo, assim se manifesta: “A natureza desse livro escolar impõe-se limi-

tes estrictos e aconselhamos aos nossos leitores a leitura do IV tomo de História do Padre R. Galanti, no que respeita a minúcias e particularidades”.³⁴ Nas demais obras publicadas até 1970 constam diversos autores, alguns mais conhecidos, como Taunay, com *A retirada da Laguna*, cuja primeira edição ocorreu em 1871. Nas obras da década de 1980 em diante, estão presentes autores da vertente *revisionista de esquerda*, especialmente Chia-venato (1979), mas, curiosamente, León Pomer não é referenciado. Também são citados autores da chamada *historiografia neo revisionista*, como Francisco Doratioto, com a obra *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai* (2002) e Maria Eduarda Castro Marques, organizadora da obra *Guerra do Paraguai: 130 anos depois* (1995).

Considerações finais

Nosso propósito principal neste estudo não foi conhecer as principais vertentes historiográficas e suas respectivas interpretações sobre a contenda que envolveu os quatro países fronteiriços em meados do século XIX. A questão historiográfica envolvendo a chamada Guerra do Paraguai nos interessou como tela de fundo para investigar como vão se processando as transformações conceituais nos livros didáticos, ao longo de onze décadas. Queríamos verificar se são procedentes as ideias disseminadas informalmente de que “os livros didáticos não mudam” ou de que “a produção historiográfica produzida no âmbito acadêmico não impacta, ou incide muito lentamente, sobre os livros didáticos”.

Os resultados deste estudo de caráter longitudinal, abrangendo obras didáticas editadas ao longo de onze décadas, apontam uma aproximação bastante sensível entre as interpretações historiográficas e a produção didática. Em geral, nas obras produzidas no período de 1910 a 1970 predominam abordagens mais claramente associadas às tendências *tradicional militar patriótico e crítica positivista*, na medida em que oscilam entre uma visão ufanista do conflito e uma tentativa de desqualificar o papel do império brasileiro, com ênfase na primeira. Nas décadas de 1980 a 2000 visualizam-se influências das interpretações alinhadas ao chamado *revisionismo de esquerda*, buscando apontar os interesses do imperialismo inglês como principal motivação para a guerra. Já, na obra referente à década de 2010 consta uma interpretação próxima ao *neo-revisionismo*, quando se procura cotejar versões historiográficas e trazer pensamentos divergentes sobre a temática.

No que concerne aos aspectos metodológicos presentes na organização dos livros didáticos, identificamos aspectos que merecem atenção, ainda que não tenham sido foco central da análise aqui empreendida. Se, por um lado já se visualiza nas obras da primeira metade do século XX preocupações dos autores com uma organização didática mais complexa, numa tentativa de compor unidades temáticas, verifica-se a presença marcante de abordagens no formato de lições, contemplando primeiramente a exposição da matéria, seguido da síntese, geralmente feita por meio de um extenso questionário. Essas li-

³⁴ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior. 11. ed. (1. ed. 1900) São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1928, p. 512.

ções, em geral, remetem aos conteúdos canônicos que compunham os programas escolares da história do Brasil, notadamente os principais personagens, os acontecimentos e as datas tidas como mais importantes para a história pátria.

Nas obras publicadas entre 1910 e 1970, encontramos extensas descrições de batalhas, tais como Forte Coimbra, Corumbá, Riachuelo, Tuiuti, Humaitá, Avaí, Tomada de Assunção, Cerro Corá, para citar apenas algumas, além de inúmeros comentários elogiosos à bravura dos nossos comandantes, a exemplo de Almirante Tamandaré, Vice-Almirante Barroso, Visconde de Porto Alegre, Duque de Caxias, Conde d'Eu, dentre outros. A partir da década de 1970, já são mais esparsas as abordagens predominantemente factuais, abrindo-se espaço para considerações mais abrangentes, que privilegiam tentativas de compreender o tema em perspectiva de processo, não só apontando situações lineares de causa e consequência, mas também relações multicausais e diferentes possibilidades interpretativas, especialmente na presente década.

As abordagens até aqui desenvolvidas ensejam a continuidade do estudo, no sentido de ampliar o corpus documental de modo a integrar um volume maior de obras a cada década. Isso favoreceria uma compreensão mais potente quanto ao alcance das interlocuções entre a produção historiográfica e a produção didática. Também se apresenta a possibilidade/necessidade de estender os pressupostos assumidos neste estudo para outras temáticas recorrentes nos livros didáticos, os ditos temas canônicos, como independência do Brasil, abolição da escravidão, proclamação da República, a título de exemplo.

Artigo recebido em 05 de novembro de 2013.

Aprovado em 19 de dezembro de 2013.